

ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015

Aos 25 dias do mês de março de 2015, das 08h30min às 12h00min, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Rio das Velhas, no Auditório do CREA - MG, localizado na Av. Alvares Cabral 1600, 1º Subsolo – bairro Santo Agostinho, BH/MG. Belo Horizonte / Minas Gerais. **Participaram os seguintes conselheiros titulares:** Breno Esteves Lasmar – IGAM; Vergílius Maro Clemente - IEF; Inês Tourino Teixeira - Secretaria Estadual de Educação SEE; Ênio Resende – EMATER; Matheus Valle de Carvalho e Oliveira – ARSAE MG; Weber Coutinho – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Nadja Murta Apolinário – Prefeitura Municipal de Ouro Preto; Marcos Joaquim Matoso – Prefeitura de Sete Lagoas; Valter Vilela – COPASA; Dalton Rodrigues de Oliveira – IBRAM; Renato Junio Constâncio – CEMIG; Simone Alvarenga Borja – Associação para Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada – ARCA AMASERRA; Marcus Vinícius Polignano – Instituto Guaicuy; Cecília Rute Andrade Silva – CONVIVERDE; **Participaram os seguintes conselheiros suplentes:** Ângela Dolabela Cãnfora – IEPHA; Francisco Xavier Maia – Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA; Antônio Marcos Generoso Cotta – Prefeitura de Itabirito; Diego Cirino Teixeira – Prefeitura Municipal de Santana do Riacho; Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – VALE S.A; José Maria dos Santos – Sindágua MG; Eduardo Nascimento – FETAEMG. **Justificaram ausência os seguintes conselheiros:** Andréia Cristina Barroso Almeida – SEMAD; Adalberto Stanley Marques Alves - ARMBH; Rosângela Maria Bicalho – Prefeitura Municipal de Lagoa Santa; Lairto Divino de Almeida – Prefeitura Municipal de Jaboticatubas; Francisco de Assis de Oliveira – Prefeitura Municipal de Corinto; Wagner Soares Costa – FIEMG; José Antônio da Cunha Melo - Ambiental ABES MG; Paulo Fernandes Cardoso – Fórum Nacional de Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, FONASC CBH; Celso Scalabrini Costa – Anglogold Ashanti; Livia de Paiva Pacheco - AMPASC; José de Castro Procópio – Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios ADAO; Tarcísio de Paula Cardoso – Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha ACOMCHAMA; Julia de Abreu Pinheiro – Instituto Pró Endêmicas; Fernanda Alvarenga – Projeto Metamorfose – PROMETA; Ronald Pereira da Silva – Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté – MACACA. **Participaram também:** Elio Domingos, Amanda Amorim, Politácito Santos, Fernanda Oliveira, Dimas Correa, Izabella Resende, Clarissa Dantas, Izabel Nogueira, Gisele Fernandes Sales – Mobilização CBH Rio das Velhas; Alberto Simon, Patrícia Sena, Jaqueline Fonseca – AGB Peixe Vivo; Michelle Parron, Rodrigo de Angelis, Marcelo Silveira, Renato Crispiniano – Comunicação CBH Rio das Velhas; Dalila de Souza Alves, Sidnei Agra, Eduardo Audibert – Consórcio Ecoplan skill, Celia Rennó – ABES MG, Fabiola Nonato – SEMAM/ Itabirito; Izabela Márcia Coelho – ARSAE MG; Maria Tereza Corujó – Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela; Leandro Dias – UAI ITALOBT; Livia Nogueira - VALE; José Maia – SUDENE; Leandro Vaz Pereira, Luiz Augusto – Prefeitura de Corinto; Gabriela Santos - Projeto Manuelzão; Marcia Inês – Núcleo Manuelzão Navio Baleia; Jair Paes – Prefeitura de Rio Acima; José Luiz Ribeiro – Centro de Ecologia Integral; Leandro M – PMBH; Tulio Bahia Alves – IGAM; Natalia Uthôa – Terrativa. Após a recepção e credenciamento dos conselheiros e convidados, o Presidente do CBH Rio das Velhas, Sr. Marcus Vinícius Polignano, realiza a abertura da reunião agradecendo a presença de todos e apresenta a pauta: 3 - Informes. 4 - Aprovação da ata da reunião anterior. 5 - Discussão e aprovação da atualização do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas 6 - Assuntos gerais. 7 - Encerramento. Item 4 - A ata da reunião anterior é aprovada com 2 abstenções. Na sequência, Polignano passa a palavra para Sidnei Agra, que apresenta o processo de construção e os resultados dos estudos de atualização do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio das Velhas (PDRH Rio das Velhas). Explica o escopo do PDRH Rio das Velhas, com as etapas de diagnóstico da bacia detalhado por UTE, cenários e prognóstico (projeção demandas), diretrizes com os instrumentos de gestão e arranjo institucional, planos de metas, programas e ações, investimentos por UTE. Caracteriza os conteúdos metodológicos de formulação do PDRH Rio das Velhas como a geração de informação e resultados, análise integrada considerando as agendas temáticas. Concluindo com os programas de ações voltados para a gestão de recursos hídricos (orçamento executivo)... Dando prosseguimento à reunião, Valter Vilela indica Matheus Valle– ARSAE MG, coordenador da CTPC - Câmara Técnica de Plano e Controle para explicar a deliberação CBH Velhas nº 02, de 25 de março de 2015 que *Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas*. Matheus contextualiza o processo de acompanhamento do PDRH Rio das Velhas desenvolvido em conjunto com Pela CTPC e o Grupo de Acompanhamento de Trabalhos. Explana a participação ativa da CTPC no processo de construção e desenvolvimento das discussões considerando o plano diretor como importante instrumento de gestão. A CTPC recomenda a aprovação do PDRH Rio das Velhas. Ênio Resende – EMATER, expressa a preocupação com a necessidade de desenvolver um trabalho voltado para recarga hídrica na área rural no PDRH Rio das Velhas. Sidnei Agra afirma que esse tema de recarga hídrica na área rural está amplamente previsto no PDRH. Maria Tereza Corujó - Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela faz as seguintes considerações: *“Nós encaminhamos já duas vezes, via presidente do CBH velhas, documentos do Movimento Gandarela, com algumas colocações e ponderações sobre o Plano Diretor. Um foi em 12/12/2013, quando saiu o primeiro diagnóstico da UTE, e o segundo foi agora, 23 de março, quando a gente analisou a revisão que foi feita. Como é importante constar em ata, eu não vou ler tudo, mas a gente mandou. Mas a*

ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015

gente faz questão de entregar impresso. Peço para constar o documento. Aqui não tem como abordar tudo o que está lá, mas eu vou dar um resumo. As nossas considerações - que nos preocupam - de certa forma tem a ver um pouco com o que foi falado de recarga, mas num outro contexto, que é mais ligado à questão subterrânea. A questão do Alto Rio das Velhas, especificamente, no caso, por estar dentro do Quadrilátero Ferrífero, embora a gente não tenha olhado as outras UTE's, a gente se debruçou sobre a UTE Águas do Gandarela. E nós estamos realmente continuando com uma sensação que a questão da disponibilidade hídrica subterrânea e superficial, a partir da metodologia que foi usada para fazer essa contextualização, ela traz graves situações no nosso entendimento. Por exemplo: a disponibilidade hídrica subterrânea, a consultoria escolheu, como eixo metodológico, o cadastro de poços subterrâneos (de água subterrânea). Numa UTE como a Águas do Gandarela, pode ser qualquer UTE que não tenha poços subterrâneos cadastrados, vai se poder dizer que naquela UTE não tem uma alta disponibilidade hídrica subterrânea? Na questão superficial, o eixo, pelo que nós lemos, é basicamente as vazões medidas em estações que medem a vazão. Se é um lugar da bacia que não tem essas medições na totalidade ou pelo menos abrangendo todo o território da UTE, vai dar um resultado que no nosso entendimento é frágil. Porque vai dizer que aquela UTE não tem água disponibilizada porque não tem isso cadastrado. Então, a partir dessa premissa nós estamos preocupados. Por exemplo. Vocês viram naquele mapa que a UTE Águas do Gandarela, em termos de qualidade de água, está marcada como marrom: criticidade. A água da UTE Águas do Gandarela está toda colocada como uma água com problemas de qualidade. O Sidney confirmou que, na chegada em determinados pontos ao Rio das Velhas, por causa da questão urbana (por exemplo, vamos supor Rio Acima), ela chega com uma criticidade. Mas se a premissa de parâmetro e metodológica é considerar aquela Unidade Territorial Estratégica toda como criticidade na qualidade da água, isso é uma inverdade absurda em relação a UTE Águas do Gandarela. Porque, inclusive, a maioria dos cursos de água, em termos de classificação (mesmo que seja mais antiga) é de classe 1. E se for colocar postos de medição da qualidade de água dentro da UTE Águas do Gandarela, vai dar precisamente o oposto do que está mapeado. Então, nós entendemos como muito grave as metodologias nesse caso, porque elas estão nos induzindo a erros e a questão que nós estamos tratando neste Plano Diretor de Recursos Hídricos, ela tem a ver com a visão concreta como é que está a bacia hidrográfica na sua disponibilidade de água superficial e subterrânea. Mesmo que seja para constar que está gravíssima. Mas se a gente não tiver uma realidade concreta disso, a gente não vai ter saídas para nada dessas outras coisas. Nós vamos estar lidando com uma coisa a nível virtual, como se fosse um jogo de videogame. Nos nossos documentos, que o Polignano recebeu, nós estamos trazendo informações. Por exemplo, porque é que não foi considerado como eixo metodológico para a água subterrânea, o que já existe de estudos sobre como é que funciona a água subterrânea nas unidades hidrogeológicas do quadrilátero ferrífero? Onde (por isso aqui no Alto) a nossa água está diretamente relacionada a essas formações lá do subsolo. Isso não foi usado como parâmetro. Como é que se vai se colocar qual a disponibilidade hídrica subterrânea numa bacia baseado em cadastro de poços subterrâneos cadastrados? Tem situações que tem poços cadastrados e não estão nem usando água. Então de repente aquele ainda tem mais água. Tem casos onde tem gente tirando água subterrânea, sem poços cadastrados, e a disponibilidade hídrica subterrânea não é aquilo. Então, isso para nós é o eixo estrutural que teria que ser revisado, que teria que ser repensado, porque a questão do Alto, que é onde estão as quatro UTEs... Ainda ontem escutei o Polignano falar que o Alto é onde chega menos água no Rio das Velhas. Depois vão chegando outros afluentes, vai ficando maior. E nós no Alto nós não temos como pegar água do Paraopeba para abastecer Belo Horizonte. Porque a situação do Paraopeba, que é outra bacia, está pior que a do Velhas. Nós estamos na área da bacia de maior adensamento populacional, onde está a região metropolitana de Belo Horizonte. Então, nessa região é fundamental que a disponibilidade hídrica subterrânea e superficial use tudo o que já houver de estudos. Por exemplo, os estudos da Brandt para a Apa-Sul. Não foram contemplados como base naquela época. Até seria bom para fazer uma comparação. Os estudos da...tem um outro, que foi um estudo da AMDA-SERE-IEF, também voltado para a região metropolitana. Ou seja, existem bases para valorar. Existem instrumentos técnicos, mesmo que já estejam desatualizados em alguns pontos, que são fundamentais para categorizar, valorar a questão da água subterrânea, disponibilidade superficial e subterrânea no Alto Velhas. Ela não pode ficar restrita a poços cadastrados e a vazões medidas onde tem lugar que mede vazão. Ribeirão da Prata: chega no Rio das Velhas com uma grande quantidade de água especial. É fundamental para o Rio das Velhas, mesmo que depois de Bela Fama, mas está muito perto... Se lá não tem uma maneira de medir a vazão significa que aquela água não existe e não está colaborando para que o Velhas não chegue em Sabará com Classe 10? Então esse é o ponto chave dos nossos documentos. Eu solicito, Polignano. Eu solicito a este Plenário, nem que se crie um grupo de trabalho (mesmo que não seja junto com a consultoria se já tiver acabado o trabalho), que se crie um grupo de trabalho técnico para olhar com muito cuidado essa questão. Fora isso, eu quero colocar que... a questão das prioridades. Nós vimos lá um mapa: áreas prioritárias para a bacia do Rio das Velhas. Nós sabemos que a questão vegetal foi contemplada. Mas, o que seria, no nosso entendimento, áreas prioritárias para a bacia do Rio das Velhas em termos de recursos hídricos? Tem a ver com

ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015

recarga. Por exemplo, quais as áreas na bacia onde a questão (tirando a questão política)... Antes de começar a reunião, eu pude conversar um pouco com o Sidney e ele falou “Teca, o instrumento Plano Diretor ele também é político, não é só técnico”. Mesmo que o comitê de bacia e o Plano Diretor seja participativo, dentro do Plano Diretor tem que ter instrumentos técnicos desvinculados de qualquer política (setorial ou qualquer outro tipo de política) que nos dêem a realidade concreta daquilo que significa os recursos hídricos para aquela bacia. O que nós vamos fazer com isso como sociedade, como comitê de bacia, como os diversos atores dessa bacia de gerir isso, é o âmbito político do Plano Diretor. Mas nós temos que ter no Plano Diretor... A questão da agenda azul não pode estar vinculada a potenciais de mineração, mesmo que tenha em algum momento lugares do Plano onde se diga que existe conflitos de interesse num determinado território. Então isso é fundamental. Vocês vejam. Para terminar. Nós fomos surpreendidos quando vimos a questão da agenda. Para quem conhece um pouco a questão do Gandarela e aquela região, vejam se tem algum nexos. [olhando o slide] UTE Águas do Gandarela - Pontuação de valores das agendas. E ele explicou agenda é como está o território em termos de situação atual, ou potencial. Zero agenda azul, zero agenda verde, dois agenda cinza, mineração. O que vocês acham que a gente, como movimento que está há sete anos lutando para preservar este lugar, que é fundamental para a água, inclusive do Rio das Velhas (fora a outra vertente do Doce), como a gente vai conseguir ter tranquilidade num instrumento que coloca como agenda zero a agenda verde e azul e dois para mineração. E você colocou, Sidney. Tem que se decidir se é potencial ou se é o que está consolidado. Porquê? No caso do quadrilátero ferrífero, se a gente for colocar dentro da questão das agendas os potenciais, acabou todo o nosso território no quadrilátero ferrífero, que são precisamente os lugares onde estão as unidades hidrogeológicas que tem esse papel de recarga e disponibilização de água. Então acabou. É outro eixo filosófico, metodológico que tem que olhar na questão do Alto. Porque se a gente for contemporizar nas agendas, nas valorações de prioridades, de relevância, o potencial da mineração no sentido dos polígonos DNPM (seu eu mostrasse para vocês o mapa) não sobra nenhuma unidade hidrogeológica no Alto que tem água. Então eu acho fundamental, não sei como vai ser feito, lamento que a gente tenha que trazer isso. É cansativo. Tem vezes que a gente tem que tirar férias. Tem vezes que dá vontade de dizer que se dane. Mas a gente não consegue. Sabe por quê? Porque nós não queremos continuar vendo e vivenciando e imaginando o futuro se essas coisas não forem verdadeiramente olhadas. E não adianta ter um Plano Diretor de Recursos Hídricos - que não é um Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável. Porque, mesmo que a gente tenha um olhar de que tem vários interesses, tem vários atores, tem várias questões sociais e econômicas, se é um Plano Diretor de Recursos Hídricos tem que ter na questão hídrica instrumentos desvinculados da política e depois se vê o que se vai fazer com isso. Porque senão nós não vamos resolver esse colapso e a situação vai ficar inviável. Era isso. Obrigada. Desculpem o tempo. Mas o documento é muito mais complexo. Eu resumi. [sic]” Sidney Agra justifica que não há outra forma de se estimar vazão superficial a não ser considerando os pontos de monitoramento de vazão existentes. Esclarece que a novidade do Plano Diretor é que o resultado das vazões são por UTEs. O plano recomenda que se faça esse monitoramento por UTE para atualizar nos próximos planos. Explica toda a metodologia utilizada e todos os estudos que foi o embasamento para essa metodologia. Informa que todos os documentos enviados pelo Movimento Gandarela estão sendo incorporados no PDRH. O Plano diretor considera a defasagem do cadastro de poços subterrâneos e superficiais incorporando assim um programa inteiro, que propõe melhorias. Conclui que as correções e as contribuições das audiências públicas estão sendo incorporadas ao documento. Alberto Simon, AGB Peixe Vivo, contextualiza o processo de contratação da Ecoplan skill, e explica que todos os produtos tiveram considerações, correções, adendos e por isso que se percorre a elaboração do plano por 30 meses. Diz que todas as etapas foram discutidas e todos os aspectos técnicos foram incorporados com cuidado e correção, com acompanhamento da CTPC e do Grupo de acompanhamento de Trabalhos – GAT. Explicou que o plano não é do Comitê, mas sim da bacia hidrográfica, que possui vários interlocutores com interesses múltiplos nesse território. Explica que o plano é o documento base que tem possibilidades de inclusão de fatos de novas discussões e alertas. A construção é contínua. Diz que ocorrerão treinamentos para aplicação e utilização do sistema de informações, para que tenha dinamismos nas modificações. Conclui recomendando a aprovação do PDRH Rio das Velhas. Eduardo Nascimento - FETAEMG diz que o plano é um instrumento de interlocução social indicando ações. E não é papel do comitê substituir o Estado, contratando estudos e ações que são de dever do Estado. Conclui dizendo que a mineração no Brasil é uma questão política e o governo não tem controle sobre a mesma, por considerar somente interesses econômicos, por isso o PDRH tem que priorizar a conservação e preservação das águas. Polignano explica que o plano de bacia é um processo que vai direcionar as ações do Comitê, na qual o objetivo é aprimorar o sistema e subsidiar a gestão de bacia. Leandro Dias – UAI ITALOBT reforça a preocupação causada pelos impactos da mineração da Mina do Pico e do Sapicado sobre as nascentes da bacia do Rio Itabirito, e sugere ao IGAM que se faça uma revisão nas outorgas da Vale. Polignano solicita para Leandro formalizar por escrito essa demanda. Túlio Bahia Alves – IGAM explica que o Estado acompanhou todo o processo de construção do plano, vai participar dos treinamentos e apoia a aprovação do mesmo.

ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015

Valter Vilela apresenta ao plenário a minuta de deliberação CBH Velhas, que *Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas*. A deliberação é aprovada por unanimidade. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, Marcus Vinícius Polignano encerra a reunião, da qual se lavrou a presente ata.



Marcus Vinícius Polignano
Presidente



Valter Vilela Cunha
Secretário

ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 13 DE MAIO DE 2015